

A preencher pelos serviços



N.º Registo: 8

Data: 26/07/2016

Anexo II

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE APOIO

I IDENTIFICAÇÃO

Nome / Designação CLUBE ATLETICO DE ALVALADE

NPC/NIF	5	0	0	8	4	4	8	8	7	BI/CC*									
N.º Registo BDAA										Sexo*	<input type="checkbox"/> M	<input type="checkbox"/> F							

\*A preencher por pessoas singulares

Morada R. Acacio de Paiva, 20-1º

Código Postal 1700 - 006 Localidade Lisboa

Telefone 218491392 Telemóvel 962733292 Fax

E-mail clubeatleticoalvalade@gmail.com

Contacto Preferencial / Função

II APOIO

Área de apoio do pedido Social  Cultural  Desportiva  Recreativa  Outra

Tipo(s) de apoio a que se refere o pedido

- Apoio financeiro à atividade com vista à continuidade ou incremento de projetos
- Apoio financeiro para obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações
- Apoio financeiro na aquisição de equipamentos sociais, desportivos, culturais, recreativos ou outros
- Apoio não financeiro:
  - Cedência de equipamentos
  - Espaços físicos
  - Meios técnicos e logísticos
  - Outros Indique qual: \_\_\_\_\_

III DOCUMENTOS EM ANEXO

- Descrição dos projetos ou atividades, objetivos a atingir, meios humanos e identificação das fontes de apoio financeiro, patrimonial e logístico
- Orçamento discriminado
- Cronograma financeiro
- Cronograma de execução física
- Descrição da experiência similar em projetos idênticos
- Certidões comprovativas da situação contributiva regularizada perante o Estado e a Segurança Social
- Relatório de atividades e contas referentes ao último exercício económico e respetiva ata de aprovação

Anexo II - (CONTINUAÇÃO)  
FORMULÁRIO DE PEDIDO DE APOIO

- Indicação dos apoios recebidos no âmbito do objeto do pedido e respetivas datas
- Declaração sob compromisso de honra quanto à não condenação nos tribunais por factos relativos à prossecução dos seus objetivos
- Declaração sob compromisso de honra que o apoio solicitado se destina, exclusivamente aos projetos ou atividades objeto do pedido de apoio
- Outros

Outros documentos em anexo:

Confirmação dos Serviços:

REQUERENTE

Representantes Legais

Nome: Julio Cesar Nunes Tormenta	Função: Presidente	BI/CC n.º: 6005407
Nome: Joaquim Jose Simões Cardoso Duarte	Função: Tesoureiro	BI/CC n.º: [REDACTED]
Nome:	Função:	BI/CC n.º:

Pessoas Singulares

Data	Assinatura e carimbo
26 - julho - 2017	<i>x</i> Julio Cesar Nunes Tormenta <i>x</i> Joaquim Jose Simões Cardoso Duarte

# Ata número quarenta e sete

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezessete, reuniu em 1ª convocatória às 20 horas na sua sede, sita na Rua Acácio Paiva, n.º 20, 1.ª andar em Lisboa a Assembleia Geral do Clube Atlético de Malague, conforme convocatória do Presidente da Direcção de 2 de março último. Dado que há hora marcada não estavam presentes o número de associados exigidos pelos estatutos, deu o Sr. Presidente da Mesa início à AG em 2ª convocatória, às 20,30 horas com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação do Relatório da Direcção, do Balanço e da Demonstração de Resultados relativos ao exercício de 2015
2. Carta do Advogado do Senhoio
3. Apresentação dos programas de candidatura
4. Eleição dos órgãos Sociais
5. Proposta de aumento de quota

## Discussão da Ordem de Trabalhos Ponto 1

Aprovação do Relatório da Direcção, do Balanço e da Demonstração de Resultados relativos ao exercício de 2015

O Presidente da Mesa, Sócio n.º 87 Bernardo Ravallete, abriu a discussão deste ponto tendo dado a palavra ao Presidente da Direcção, Sócio n.º 1309 Julio Tormenta, para a apresentação do Relatório e Contas do exercício de 2015.

Em virtude de em Tempo o Relatório ter sido atribuído aos sócios, pelo que se limitou a realçar os pontos mais importantes nomeadamente Papel dos sócios e professores na vida do CAA; Redução de gastos sem prejuizo dos provenientes

Com o pessoal;  
 Tercerícia da redução do U- de Sócios e medidas tomadas pela Direção para intervir tal situação devido à perda de aulas, duas classes e à atual crise económica que persiste. Realçou também o escopo social e de Utilidade Pública do Clube.

Interviu o Sócio 571 com questões que foram respondidas pelo Presidente da Direção.

O Presidente da Direção concluiu este ponto com o agradecimento ao Conselho Fiscal pelas recomendações seguidas, designadamente em medidas a aplicar para retenção do aumento de associados, intervenção nas áreas de apetrechamento, site e comunicação.

Agradeceu também aos três membros da Direção que deixaram aquele órgão, José Marques, João Ogando e João Leucart e Silva.

De seguida foi posto à votação o Relatório da Direção, do Balanço e da demonstração de Resultados relativos ao exercício de 2015 tendo sido aprovado por unanimidade.

### Ponto 2

#### Carta do Advogado do Serviço

O Presidente da Mesa, Sócio U-87, abriu a discussão deste ponto tendo dado a palavra ao Presidente da Direção, Sócio U-1301, para a apresentação deste assunto, tendo também sido distribuída a referida Carta datada de 9 de Maio enviada ao CAA pela Sociedade de Advogados denominada OLIVEIRA, GAMBOSA ASSOCIADOS, Sênsenta pelo advogado Tago Gamboa. No uso da palavra referiu o presidente da Direção, Sócio 1301, que entenderá ser útil levar este assunto ao conhecimento dos

sócios, para que todos ficassem cientes da situação e no sentido de se ouvir a opinião dos sócios e daí resultar uma orientação para a nova direção.

Usaram da palavra os Sócios nºs 571, 1301, 89 e 87, tendo resultado de que a direção fica incumbida de gerir este assunto.

De seguida foi posto à votação este ponto, tendo sido aprovado por 90 votos a favor e 1 abstenção.

### Ponto 3

Apresentação dos Programas Candidatura  
O Presidente da Mesa, Sócio nº 87, abriu a discussão deste ponto tendo dado a palavra ao Presidente da Direção Sócio nº 1301, para a apresentação do assunto em questão.

O Sócio nº 1301, candidato ao cargo de Presidente da nova direção, explicou as linhas orientadoras da atuação que pretende levar a cabo no biénio 2016-2017, caso a sua lista seja aprovada no ponto seguinte. Destacou ainda a necessidade de desempenhar a missão do clube.

Usaram da palavra os Sócios nºs 1301, 387, 422, 571.

De seguida foi posto à votação o Programa da única lista candidata, tendo sido aprovado por unanimidade.

### Ponto 4

Eleição dos órgãos Sociais

O Presidente da Mesa, Sócio nº 87, abriu a discussão deste ponto dando a palavra ao Presidente da Direção, Sócio 1301, para a apresentação da única lista e à qual se candidata ao cargo de Presidente da Direção.

No uso da palavra o Presidente da Mesa, Sócio n.º 87, citou os sócios e nomes para os cargos conforme segue:

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Leg.º Bernardo Jesus Ravelente, Sócio n.º 87  
 Vice-Presidente: Di.º António Manuel Machado Pinto da Silva, Sócio 687  
 Secretário Di.º Guilherme Pedro Carvalho Lourenço, Sócio n.º 2487

### Direção

Presidente: Filipe César Nunes Teixeira, Sócio n.º 1301  
 Vice-Presidente: Carlos Alberto Higgs Ramos, Sócio n.º 89  
 Tesoureiro: Joaquim José Simões Cardoso Duarte, Sócio n.º 2731  
 Primeiro Secretário: Luis Filipe Gomes Brites, Sócio n.º 2184  
 Segundo Secretário: João Miguel Pinheiro Lourenço, Sócio n.º 712  
 Primeiro Suplente: Gil Manuel Hão do Fero, Sócio 2489  
 Segundo Suplente: Ana Cristina Nunes Graça, Sócio 422

### Conselho Fiscal

Presidente: Di.º António Miguel Soares Fernandes, Sócio n.º 2492  
 Vice-Presidente Di.º Hugo Ricardo Soares Castano, Sócio n.º 2509  
 Secretário-Relator: Leg.º Alexandre José dos Santos Amaral Carvalho, Sócio 2497  
 Deliberação: posta à votação, feita lista proposta aprovada por unanimidade.

### Ponto 5

#### Proposta do aumento de quota

O Presidente da Direção, Sócio 1301, referiu a necessidade de um aumento da quota mensal do Clube e propôs que a quota passasse a ser de 4€.

Interviu o Sócio n.º 2184, Luis Brites, 1.º Secretário da Direção propondo que a quota fosse fixada nos 5€ mensais, fundamentando a sua pretensão no facto da quota não ter acompanhado as variações últimas dadas a evolução das despesas a que o Clube está obrigado. Mais referiu que em 2001 a quota passou de 1€ para 1,50€, e que só em 2008 foi deliberado aumentá-la para 2€, valor que é manifestamente insuficiente para manter uma

Salutar Saúde financeira. Chamou a atenção dos Sócios de que se a quota tivesse sido aumentada 0,50€ imediatamente, sobre o último aumento, seria atualmente de 5,50€.

Deixei ainda deixar expresso de que é impossível chegar ao valor de 5€ rapidamente, tendo em conta a atual conjuntura económica, na qual os Subsídios das entidades oficiais são cada vez menores.

Interviu também o Sócio 2179, Alexandre Carvalho, referindo que o aumento deveria ser gradualmente implantado, isto é, passar de imediato para os 3€ e para os 4€, para o ano 2017.

Intervieram na elaboração da proposta final os Sócios n.º 571, 387, 1890, 422, 712, 89 e 273, assim ficando: Aumento da quota mensal a partir do dia 1 de Abril de 2016 para 3€, fixando já o valor da quota em 4€ a partir de 1 de Janeiro de 2017, sendo que a partir de 2018 será atualizada todos os anos na Assembleia Geral do ano anterior, segundo as reais necessidades do Clube.

Deliberação: posta à votação, foi a proposta final aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, em 23,33 horas quando o Presidente da Mesa deu por terminada a sessão, ordenando a leitura da presente ata, que vai ser lida e por si assinada.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,  
Sócio n.º 87: Enrique de Jesus Pinheiro



SEGURANÇA SOCIAL

## DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **CLUBE ATLETICO DE ALVALADE**

Firma/denominação **CLUBE ATLETICO DE ALVALADE**

Número de Identificação de Segurança Social **20007606957**

Número de Identificação Fiscal **500844887**

Número de Declaração **14230477**

Data de emissão **27-09-2016**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Signature valid

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.

Date: 2016.10.27 17:34:46 +0100



DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA

## CERTIDÃO

Victor dos Anjos Kin, Chefe do Serviço de Finanças de LISBOA-8.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que CLUBE ATLETICO DE ALVALADE, NIF 500844887, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 18 de Outubro de 2016.

O Chefe de Finanças

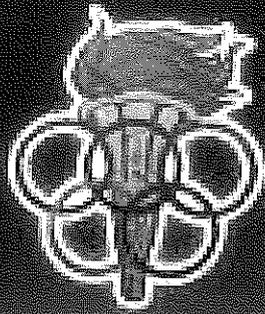
*Victor dos Anjos Kin*

(Victor dos Anjos Kin)

**Elementos para validação**

**Nº Contribuinte:** 500844887

**Cód. Validação:** 1DCE3SC1R4KA



**CLUBE  
ATLETICO  
DE ALVALADE**

**Demonstrações  
Financeiras  
e Anexos**

**Exercício 2015**

**ÍNDICE**

1. BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	2
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	3
3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	4
4. ANEXOS.....	5
4.01 -IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	5
4.02 -REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	5
4.03 -PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS.....	7
4.04 -POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....	15
4.05 -ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	15
4.06 -ATIVOS INTANGÍVEIS.....	17
4.07 -LOCAÇÕES .....	18
4.08 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	19
4.09 -INVENTÁRIOS.....	20
4.10 -RÉDITO .....	21
4.11 -PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES .....	22
4.12 -SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO.....	22
4.13 -EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO .....	23
4.14 -IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	23
4.15 -INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	24
4.16 -BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS .....	25
4.17 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	26
4.18 -OUTRAS INFORMAÇÕES .....	27
4.19 -ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....	28

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

*Handwritten signature/initials*

1. BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	18,724.38	19,972.26
Investimentos Financeiros		10.18	
		<b>18,734.56</b>	<b>19,972.26</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	187.93	675.68
Adiantamentos a fornecedores	15	5,785.92	8,328.38
Estado e outros entes públicos	14		84.72
Outras contas a receber	15	29 350,88	24 644,22
Diferimentos		2,698.37	8,916.46
Caixa e depósitos bancários	18	2,279.02	939.88
		<b>40 302,12</b>	<b>43 589,34</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>59 036,68</b>	<b>63 561,60</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		265,646.07	265,646.07
Resultados transitados		-247,033.39	-253,365.97
Outras variações nos fundos patrimoniais		5,880.86	5,880.86
		<b>24,493.54</b>	<b>18,160.96</b>
Resultado líquido do período		-3,771.57	6,332.58
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>20,721.97</b>	<b>24,493.54</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	5 168,68	17 299,60
Estado e outros entes públicos	14	3,662.01	3,997.28
Financiamentos obtidos	7,08	14,585.96	10,000.00
Diferimentos			83.50
Outras Contas a pagar	15	14,898.06	7,687.68
		<b>38 314,71</b>	<b>39 068,06</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>38 314,71</b>	<b>39 068,06</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>59 036,68</b>	<b>63 561,60</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

*Handwritten signature of the accounting technician*

A GERÊNCIA

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

*Handwritten initials/signature in the top right corner.*

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade Monetária (EUR)	
		PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	247,654.15	273,621.06
Subsídios à exploração	12	19,646.00	19,240.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1,287.82	-416.27
Fornecimento e serviços externos		-180,677.04	-214,583.90
Gastos com o pessoal	16	-65,614.18	-72,928.49
Outros rendimentos e ganhos	18	207.56	24,399.82
Outros gastos e perdas		-14,137.48	-15,501.28
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5,791.19</b>	<b>13,830.94</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9,072.11	-7,477.56
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-3,280.92</b>	<b>6,353.38</b>
Juros e gastos similares suportados		-490.65	-20.80
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>-3,771.57</b>	<b>6,332.58</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-3,771.57</b>	<b>6,332.58</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

A GERÊNCIA

*Handwritten signature of the accounting technician.*

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

*Handwritten initials/signature*

**3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	NOTAS	PERÍODO
		2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes		249 557,46
Pagamentos a fornecedores		10 734,00
Pagamentos ao pessoal		61 394,15
Caixa gerada pelas operações		177 429,31
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00
Outros recebimentos / pagamentos		-181 423,18
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>-3 993,87</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Ativos fixos tangíveis		0,00
Ativos intangíveis		0,00
Investimentos financeiros		10,18
Outros ativos		0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Ativos fixos tangíveis		1 247,88
Ativos intangíveis		0,00
Investimentos financeiros		0,00
Outros ativos		0,00
Subsídios ao investimento		0,00
Juros e rendimentos similares		0,00
Dividendos		0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>1 237,70</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Financiamentos obtidos		4 585,96
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Financiamentos obtidos		0,00
Juros e custos similares		490,65
Dividendos		0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00
Outras operações de financiamento		0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>4 095,31</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 )</b>		<b>1 339,14</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

*Handwritten signature of Paulo Nova*

A GERÊNCIA

#### 4. ANEXOS

##### 4.01 -IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade CLUBE ATLÉTICO DE ALVALADE é uma sociedade Anónima, constituída a 01-01-1986, com sede em Rua Acácio de Paiva nº 20, Lisboa 1700-006, Lisboa, e tem como atividade principal clube desportivo.

O fundo patrimonial é representado por um valor nominal de 265646,07€ encontrando-se realizado na totalidade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

##### 4.02 -REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**4.02.01 -As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:**

" Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo);

" Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras);

" Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas).

" Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para SNL);

" Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC.

4.02.02 -Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

4.02.03 -Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

4.02.04 -Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL - divulgação transitória:

A entidade adotou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2012, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2012 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2011, preparadas e aprovadas de acordo com

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para a NCRF-ESNL, encontrando-se estes ajustamentos reconhecidos em resultados transitados ou noutra rubrica de capitais próprios que se mostre mais apropriada.

A adoção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL teve o seguinte efeito nos capitais próprios e nos resultados:

### BALANÇO SEM DERROGAÇÕES

Descrição	Demonstrações Financeiras POC	Ajustamentos/Reclassificações e conversão p/SNC	Demonstrações financeiras de acordo c/ SNC
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		18724,38	18724,38
Ativos intangíveis		10,18	10,18
Inventários	675,68	( 487,75)	187,93
Adiantamentos a fornecedores		7517,18	5785,92
Estado e Outros Entes Públicos	84,72	( 84,72)	
Diferimentos	( 7687,68)	10386,05	2698,37
Caixa e depósitos bancários	939,88	473,51	2279,02
<b>Total do Ativo</b>	<b>( 5987,40)</b>	<b>36538,83</b>	<b>29685,80</b>
Fundos	265646,07		265646,07
Reservas	( 253365,97)	253365,97	
Resultados transitados	5880,86	( 252914,25)	( 247033,39)
Outras variações nos fundos patrimoniais	( 253365,97)	259246,83	5880,86
Resultado Líquido do Período		128,66	( 3771,57)
<b>Total no fundo de capital</b>	<b>( 235205,01)</b>	<b>259827,21</b>	<b>20721,97</b>
Provisões	( 8832,96)	8832,96	
Financiamentos obtidos		14585,96	14585,96
Fornecedores	233762,58	( 228593,90)	5168,68
Estado e outros entes públicos	3997,28	( 335,27)	3662,01
Financiamentos obtidos		14585,96	14585,96
Outras contas a pagar		14898,06	14898,06
<b>Total do Passivo</b>	<b>228926,90</b>	<b>( 176026,23)</b>	<b>52900,67</b>

### DEMONSTRAÇÃO SEM DERROGAÇÃO

Descrição	Demonstrações Financeiras POC	Ajustamentos/Reclassificações de conversão p/SNC	Demonstrações Financeiras de Acordo c/ SNC
Vendas e serviços prestados	273621,06	( 25966,91)	247654,15
Subsídios, doações e legados à exploração		19646,00	19646,00
Trabalhos para a própria entidade	19240,00	( 19240,00)	

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

**DEMONSTRAÇÃO SEM DERROGAÇÃO**

Descrição	Demonstrações Financeiras POC	Ajustamentos/ Reclassificações de conversão p/SNC	Demonstrações Financeiras de Acordo c/ SNC
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	( 416,27)	( 871,55)	( 1287,82)
Fornecimentos e serviços externos	( 214583,90)	34401,86	( 180677,04)
Gastos com o pessoal	( 7477,56)	( 58136,62)	( 65614,18)
Outros rendimentos e ganhos		207,56	207,56
Outros gastos e perdas	( 20,80)	( 469,85)	( 490,65)
Gastos/reversões de depreciação e amortização		( 9072,11)	( 9072,11)
Juros e rendimentos similares suportados	24399,82	( 24399,82)	
Juros e gastos similares suportados	( 88429,77)	87939,12	( 490,65)

**REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Descrição	POC	Ajustamentos	Erros ESNL
Fundos Patrimoniais	24041,82		20721,97
<b>Resultados Transitados</b>	<b>5880,86</b>		<b>5880,86</b>
<b>Resultado líquido</b>			
<b>Outras rubricas</b>			

4.02.05 -Caso uma Entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem distinguir:

Não aplicável.

**4.03 -PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

**4.03.01 -Bases de Apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

**4.03.01.01 -Pressuposto da Continuidade**

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

#### **4.03.01.02 -Pressuposto do Acréscimo**

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

#### **4.03.01.03 -Consistência de Apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

#### **4.03.01.04 -Materialidade e Agregação**

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

#### **4.03.01.05 -Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

#### **4.03.01.06 -Informação Comparativa**

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

#### 4.03.02 -POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

##### 4.03.02.01 -Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

##### 4.03.02.02 -Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de Computador - 3 anos

#### **4.03.02.03 -Imposto Sobre o Rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do fundo patrimonial.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando:

- (i) a Entidade tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;
- (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e;
- (iii) a Entidade tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

#### **4.03.02.04 -Inventários**

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no Custo Médio Ponderado.

#### **4.03.02.05 -Instrumentos Financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

- a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros- Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando se tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (São adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidencia de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados). - Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de fundos patrimoniais (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **4.03.02.06 -Reconhecimento do Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

#### **4.03.02.07 -Subsídios**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

#### **03.02.08 -Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **4.03.02.09 -Locação Financeira**

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

#### **4.03.02.10 -Custos de Empréstimos Obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de equipamentos básicos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### **4.03.02.11 -Transações e Saldos em Moeda Estrangeira**

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

#### **4.03.02.12 -Benefícios dos Empregados**

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

#### **4.03.03 -Outras Políticas Contabilísticas Relevantes**

#### **4.03.04 -Acontecimento Subsequentes e Principais Pressupostos Relativos ao Futuro**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

#### **4.03.05 -Principais Fontes de Incertezas das Estimativas**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras

serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### **4.04 -POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

##### **4.04.01 -Aplicação Inicial da Disposição da NCRF-ESNL com Efeitos no Período Corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

##### **4.04.02 -Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros.**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

##### **4.04.03 -Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.**

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

##### **4.04.04 -Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores**

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

#### **4.05 -ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

##### **4.05.01 -Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis**

###### **4.05.01.01 -Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

**4.05.01.02 -Métodos de Depreciação usados:**

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

**4.05.01.03 -Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:**

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em [duodécimos ou quota anual] durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	- 10 a 50 anos
Equipamento básico	- 2 a 15 anos
Equipamento de transporte	- 2 a 10 anos
Equipamento administrativo	- 2 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	- 2 a 10 anos

**4.05.02 -DIVULGAÇÕES SOBRE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**

**4.05.02.01 -Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:**

Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

	QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIACÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERIODO							
	Situação Inicial	Situação Final	Depreciações		Imparidades		Qtª	
	Qtª Bruta	Acumuladas	Acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Acumuladas	Acumuladas	Qtª Escriturada
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	384802,95	318895,69		65907,26	307019,48	326437,05		( 19417,57)
<b>Terrenos e recursos naturais</b>								
<b>Ed. e outras construções</b>	42803,85	39214,85		3589,00	( 42803,85)	39604,57		( 82408,42)
<b>Equipamento básico</b>	223867,10	209213,07		14654,03	230372,20	216364,71		14007,49
<b>Equipamento transporte</b>								
<b>Equipamento administrativo</b>	46554,50			46554,50	47019,89			47019,89
<b>Outros A.F.T.</b>	71577,50	70467,77		1109,73	72431,24	70467,77		1963,47

**4.05.02.02 -Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:**

Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

**QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PER.**

	Bens do domínio público	Bens do património	Terrenos e recursos naturais	Ed. e outras construções	Outros Eq. básico	Ativos Fixos		Tangíveis	
						Eq. Transporte	Eq. administrativo	Outros A.F.T.	Total
Saldo Inicial					223867,10		46554,50	71577,50	384802,95
Aquisições					6505,10		465,39	853,74	7824,23
Saldo final:					230372,20		47019,89	72431,24	392627,18
Saldo inicial					209213,07			70467,77	318895,69
Depreciações do exercício					7151,64				7541,36
Saldo final:					216364,71			70467,77	326437,05

**4.05.03 -Restrição de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:**

Não aplicável.

**4.05.04 -Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:**

Não aplicável.

**4.05.05 -Itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:**

Não aplicável.

**4.05.06 -Divulgações sobre Bens do património Histórico, artístico e cultural:**

Não aplicável.

**4.06 -ATIVOS INTANGÍVEIS**

**4.06.01.01 -As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:**

Ativos intangíveis-Gerados internamente	Vida útil	Tx Depreciação
-Programas de computador	3 anos	33.33%

**4.06.01.02 -Métodos de amortização usados para os ativos intangíveis com vida úteis finitas:**

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

**4.06.02 -Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, perdas por imparidade, revalorizações e outras alterações foi o seguinte:**

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIÇÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERIODO								
	Qtª Bruta	Situação Inicial		Qtª escriturada	Qtª Bruta	Situação Final		Qtª Escriturada
		Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas			Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas	
Goodwill		149,54		( 149,54)		149,54		( 149,54)
Programas de computador	970,91	821,37		149,54	970,91	821,37		149,54
Total:	970,91	970,91			970,91	970,91		

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PER.						
	Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Total
Saldo Inicial			970,91			970,91
Saldo final:			970,91			970,91
Saldo inicial	149,54		821,37			970,91
Saldo Final:	149,54		821,37			970,91
Ativos Líquidos	( 149,54)		149,54			

**4.06.03 -Ativos intangíveis com vida útil indeterminada:**

A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indeterminada, testes de imparidade com periodicidade anual, de forma a comparar a sua quantia recuperável com a quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis que não estão a ser amortizados, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam uma avaliação de vida útil indefinida para esse ativo.

**4.06.04 -Compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis: (NCRF 6.119)**

Não aplicável.

**4.06.05 -Encargos com pesquisa e desenvolvimento: (NCRF 6.122)**

Não aplicável.

**4.06.06 -Subsídios do Governo para aquisição do Ativos Intangíveis:**

Não aplicável.

**4.06.07 -Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade, com especificação das respetivas condições:**

Não aplicável.

**4.07 -LOCAÇÕES**

**4.07.01 -Locações financeiras - Locatários**

**07.01.01 -Em 31-12-2013 e 31-12-2014, a Entidade mantém os seguintes valores em regime de locação financeira, distribuídos da seguinte forma:**

Não aplicável.

**4.07.01.02 -Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31-12-2014, e o seu valor presente:**

Não aplicável.

**4.07.02 -Locações operacionais - Locatários:**

**4.07.02.01 -Total dos futuros pagamentos mínimos:**

Não aplicável.

**4.07.02.02 -Total dos futuros pagamentos mínimos de sublocação que se espera serem recebidos nas sublocações não canceláveis:**

Não aplicável.

**4.07.02.03 -Pagamentos de locação e sublocação reconhecidos como gastos no período:**

Não aplicável.

**4.08 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os custos de empréstimos obtidos capitalizados por tipo de empréstimo foram os seguintes:

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS					
Descrição	valor contratual do empréstimo	Custos Empréstimos	Obtidos	Taxas de	
		Anuais	suportados	Dispêndios	Capitalização
		Outros custos	Juros suportados	C/Ativos	Usada

Instituições de crédito e soc. financeiras 14585,96

**Participantes de capital**

Este valor contempla a rubrica do empréstimo, que corresponde a 9896,75€, da livrança no valor de 2500€ e do descoberto bancário do BPI de 2189,21€.

O descoberto bancário resulta de um cheque que só irá ser descontado no banco em Janeiro de 2016.

#### 4.09 -INVENTÁRIOS

##### 4.09.01 -Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e formula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

##### 4.09.02 -Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2015 e em 31-12-2014, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS						
Descrição	Qtas Brutas	31-12-2015		Qtas Brutas	31-12-2014	
		Perdas por Impar. Acum.	Qta Líquidas Escrituradas		Perdas por Impar.Acum.	Qtas Líquidas escrituradas
Mercadorias	187,93		187,93	675,68		
Total:	187,93		187,93	675,68		

##### 4.09.03 -Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/negociantes)

Não aplicável.

**4.09.04 -Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:**

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

<b>QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERIODO</b>			
<b>31-12-2015</b>			
<b>Descrição</b>	<b>mercadorias</b>	<b>Matérias Primas</b>	
		<b>Subsid. Consumo</b>	<b>Total</b>
Inventário Inicial:	675,68		675,68
Compras	1489,84	( 2,00)	1487,84
Inventário Final	187,93		187,93
C.M.V.M.C.		1287,82	1287,82

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Produtos acabados e intermédios</b>	<b>Subprodutos desperdícios e refugos</b>	<b>Produtos e trabalhos em curso</b>	<b>Total</b>

**4.09.05 -Acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.19 da NCRF-ESNL:**

Não aplicável.

**4.09.06 -Quantia escriturada de inventários dados como garantia a passivos**

Não aplicável.

**4.10 -RÉDITO**

**4.10.01 -Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços**

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- d) Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

e) Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

**4.10.02 -O rédito reconhecido pela Entidade em 31-12-2015 e em 31-12-2014 é detalhado conforme se segue:**

<b>QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA</b>		
<b>Descrição</b>	<b>31-12-2015</b>	<b>31-12-2014</b>
Vendas de bens	2183,43	953,31
Prestação de serviços	245470,72	272667,75
<b>Total:</b>	<b>247654,15</b>	<b>273621,06</b>

#### **4.11 -PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES**

##### **4.11.01 -Provisões**

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

##### **4.11.02 -Passivos contingentes**

Não aplicável

##### **4.11.03 -Provisões e passivos contingentes provenientes do mesmo conjunto de circunstâncias**

Não aplicável.

##### **4.11.04 -Descrição da natureza dos ativos contingentes e estimativa do seu efeito financeiro**

Não aplicável.

#### **4.12 -SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

**4.12.01 -Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo**

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

**SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO**

Descrição	Subsídios	E.O.E.P.	Subsídios	O. Entidades
	Valor atribuído	Valor imputado	Valor atribuído	Valor imputado
	Per ou Per ant.	ao Período	Per ou Per ant.	ao período
Subsídios relacionados c/Ativos /ao investimento				
Ativos tangíveis:				
Bens do Património H.A.C.		19646	19646	
Outros ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis:				
Valor dos reembolsos no período respeitante				

**4.12.02 -Condições Não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas:**

Não aplicável.

**4.12.03 -Benefícios sem valor atribuído , Materialmente relevantes, obtidos de terceiras Entidades:**

Não aplicável.

**4.12.04 -Principais doadores e/ou fontes de fundos:**

Não aplicável.

**4.13 -EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO**

**4.13.01 -Diferenças de câmbio reconhecidas**

Não aplicável.

**4.13.02 -Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do fundo patrimonial**

Não aplicável.

**4.14 -IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo,

as declarações fiscais da Entidade dos anos de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2011, 2012, 2013 e 2014.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras 2011, 2012, 2013 e 2014.

#### **4.14.01 -Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos**

Não aplicável.

#### **4.14.02 -Imposto diferido ou corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao fundo patrimonial**

Não aplicável.

#### **4.14.03 -Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico**

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

#### **IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2015</b>
Resultado contabilístico do período (antes impostos)	(3771,57)
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	

#### **4.15 -INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

##### **4.15.01 -Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

95

### 4.15.01.01 -Ativos financeiros mensurados ao justo valor

A 31-12-2015, a Empresa detinha os seguintes instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

#### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR**

Descrição	Quantia escriturada	Imparidade acumulada
<b>Ativos Financeiros:</b>		
Adiantamento a fornecedores	5785,92	
Outras Contas a receber	29350,88	
<b>Passivos financeiros:</b>		
Fornecedores	5168,68	
Financiamentos obtidos	14585,96	
Outras contas a pagar	14898,06	

A rubrica " outras contas a receber" compreende as quantias de ativos financeiros que não estejam inseridas nas demais rubricas de contas a receber e cujo tratamento é estabelecido na NCRF 27-Instrumentos Financeiros. No caso concreto, contempla os valores que foram pagos pelo Clube sem que existisse qualquer documento justificativo do gasto à data de 31 de Dezembro de 2015.

Por conseguinte, a rubrica " Outras contas a pagar" compreende as quantias de passivos financeiros correspondentes a contas a pagar de carácter corrente.

Nesta situação, a rubrica evidencia a estimativa de férias para o ano seguinte.

### 4.15.01.02 -Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Não aplicável

### 4.15.02 -Ativos financeiros transferidos para uma entidade numa transação que não se qualifica para desreconhecimento:

Não aplicável

### 4.15.03 -Ativos financeiros dados como penhor ou promessa de penhor:

Não aplicável

### 4.15.04 -Situações de incumprimento

Não aplicável.

## 4.16 -BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A 31-12-2015 trabalharam em média 5 pessoas e um número de horas médias trabalhadas de 734 conforme se descreve:

#### **NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS DURANTE O ANO**

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Colaboradores	5	734

**4.16.01 -Benefícios pós emprego**

Não aplicável.

**4.16.02 -Gastos com o pessoal e órgãos diretivos:**

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos diretivos discriminam-se como se segue:

**GASTOS COM O PESSOAL**

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Gastos com o pessoal:</b>	65614,18	72928,49
Remunerações do pessoal	50145,20	54937,53
Encargos sobre remunerações	13416,50	13087,49
Seg ac.trab. e doenças profissionais	732,48	690,05
Outros gastos com o pessoal	1320,00	4213,42

**4.16.03 -Benefícios da cessação do emprego**

Não aplicável.

**4.17 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos em 2015 distribuíram-se da seguinte forma:

**INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS**

Descrição	Atividade	Atividade	Atividade
	CAE	CAE	CAE
<b>Vendas:</b>	2183,43		
Mercadorias	2183,43		
Prestação de Serviços	245470,72		
Fornecimento e serviços terceiros	180677,04		
<b>Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas</b>	1287,82		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1287,82		
<b>Gastos com o pessoal</b>	65614,18		
Remunerações	50145,20		
Outros (inclui pensões)	15468,98		
Quantia escriturada final	18724,38		
Total de Aquisições	7824,23		

**INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS**

Descrição	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo
Vendas	2183,43		
Compras	1489,84		
F.S.E.	180677,04		

**INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS**

Descrição	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo
Aquisições Tangíveis	Ativos Fixos 7824,23		

**4.18 -OUTRAS INFORMAÇÕES**

**4.18.01 – Fornecimentos e serviços externos**

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

**FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS**

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
<b>Serviços especializados</b>	108610,93	150812,68
Trabalhos especializados	8817,65	10313,67
Vigilância e segurança	565,97	458,87
Honorários	91273,46	131929,88
Conservação e reparação	5506,78	5159,53
Outros	2447,07	2950,73
<b>Material</b>	2105,97	4181,79
Ferramentas	321,60	801,95
Material de escritório	969,98	2593,54
Artigos para oferta	806,06	786,30
Outros	8,33	
<b>Energia e fluidos</b>	10814,78	10504,52
Eletricidade	8782,21	8820,24
Combustíveis	29,74	374,52
Água	2002,83	1309,76
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	4967,57	2596,81
Deslocações e estadas	2896,77	507,46
Transporte de pessoal	2070,80	2089,35
<b>Serviços diversos</b>	54177,79	46488,10
Rendas e alugueres	9492,43	10003,10
Comunicação	2460,79	2776,65
Seguros	4167,54	7809,49
Despesas de representação	3022,52	1222,49
Limpeza, higiene e conforto	6928,51	8838,59
Outros serviços	28106,00	15837,78

**4.18.02 -Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

**OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares		11576,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	207,56	169,00
<b>Outros</b>		12654,82
Correções relativas a períodos anteriores		410,38

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

### OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Outros não especificados		12244,44
<b>Juros obtidos</b>		

Nesta rubrica a diferença existente de um ano para o outro resume-se a uma alteração de contabilização em 2015 no que toca a seguros, apoio a práticas, tempos livres, férias desportivas, sarau e bilhetes, pois passaram a ser contabilizadas na conta de Prestações de Serviços com o correspondente centro de custo.

### 4.18.03 -Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

### OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Impostos	9000,51	11990,50
Descontos de p.p. concedidos	60,72	
Perdas em inventários	370,13	417,51
Gastos e perdas nos restantes inv. financeiros		2116,51
<b>Outros</b>	<b>1232,26</b>	<b>2116,51</b>
Correções relativas de períodos anteriores	4319,85	1966,51
Ofertas e amostras de inventários	317,64	
Outros não especificados		150,00
Juros suportados	490,65	20,80

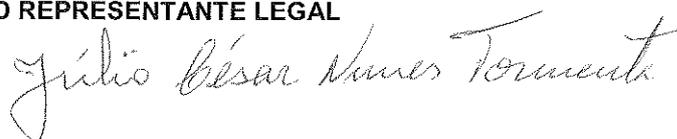
### 4.19 -ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar de relevante.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O REPRESENTANTE LEGAL



## **Descrição de Projectos para Junta de Freguesia de Alvalade**

### **Descrição de Projectos**

- Sarau Infantil
- Sarau Anual
- Participação nas Olisípiadas
- Aquisição de material para actividades do CAA

### **Objectivos a atingir**

- Difusão de actividades do CAA junto da comunidade.
- Motivação dos nossos atletas professores e pessoal administrativo.

### **Meios Humanos**

- Atletas Professores e pessoal administrativo.

### **Apoio Financeiro**

- Pedido de Apoio junto da CML e da Junta de Freguesia de Alvalade.

### **Orçamento Discriminado**

- À data enviamos alguns orçamentos disponíveis relativamente a aquisição futura de material e enviamos em anexo.

### **Cronograma Financeiro**

- A indicação da execução de depende da cadência de entrada de fundos provenientes da actividade operacional e das subvenções obtidas junto das entidades oficiais.

### **Cronograma de Execução Física**

- Estima-se que a execução física relativa à aquisição de material se situe nos primeiros 4 ou 5 meses do ano de 2017.



## **Descrição de Projectos para Junta de Freguesia de Alvalade**

### **Descrição de Projectos**

- Sarau Infantil
- Sarau Anual
- Participação nas Olisípiadas
- Aquisição de material para actividades do CAA

### **Objectivos a atingir**

- Difusão de actividades do CAA junto da comunidade
- Motivação dos nossos atletas professores e pessoal administrativo

### **Meios Humanos**

- Atletas Professores e pessoal administrativo

### **Apoio Financeiro**

- Pedido de Apoio junto da CML e pedido de apoio junto da Junta de Freguesia de Alvalade

### **Orçamento Discriminado**

- Á data enviamos alguns orçamentos disponíveis relativamente a aquisição futura de material e enviamos em anexo

### **Cronograma Financeiro**

- A indicação da execução de pende da cadência de entrada de fundos provenientes da actividade operacional e das subvenções obtidas junto das entidades oficiais

### **Cronograma de Execução Física**

- Estima-se que a execução física relativa à aquisição de material se situe nos primeiros 4 ou 5 meses do ano de 2017



**Vidalgym, Unipessoal Lda**
**Contribuinte Nº :510348645**

Capital Social: 2500€ | Registada na C.R.C. Faro

**Web: www.vidalgym.com**
**Tel: (+351) 914905079 | Email: info@vidalgym.**

 Morada: Praceta Dra Laura Aires, Ed. Graça Mira  
 Nº6 Bloco B R/C Esq. Cod. Postal: 8005-218 Faro

 Facebook: <http://facebook.com/vidalgym>

 Newsletter: <http://eepurl.com/hUu--/>

Exmo.(s) Senhor(es)

 Clube Atlético de Alvalade  
 Rua Acácio de Paiva nº20

1700-006 Lisboa

V/ Documento	Emitido em <b>22-Jul-2016</b>	Condições de Pagamento <b>Pronto Pagamento</b>	Vencimento em <b>22-Jul-2016</b>
	Cliente Nº <b>192</b>	V/ Contribuinte <b>500844887</b>	Transporte <b>Transportadora</b>

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNI	P.VENDA S/IVA	DESC	VALOR LIQUIDO	IVA
1017-p1	Rolo Praticável - 1400x200x3,5cm 7 unidades, cor azul escuro, c/ velcro de união incluído	2,00	UNI	990,04 EUR		1.980,08 EUR	23 %
P2 - 15	Pista de Tumbling Insuflável - 15*2,0*0,20m, saco de transporte incluído	1,00	UNI	4.075,00 EUR		4.075,00 EUR	23 %
Motor P2/P3	Motor P2/P3 para insufláveis com altura de 20 ou 30cm	1,00	UNI	214,00 EUR		214,00 EUR	23 %
Manómetro	Manómetro - Aparelho para medir a pressão do insuflável	1,00	UNI	99,00 EUR		99,00 EUR	23 %

**Dados para pagamento:**

NIB: 000700000011432158223 IBAN: PT50 000700000011432158223 SWIFT/BIC: BESCPTPL

Validade da proposta: 15 dias | A encomenda considera-se confirmada, após envio do comprovativo do 1º pagamento

**Este documento não constitui documento de transporte, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2003**
**Emitido por programa certificado nº 1411/AT - Sage**

Incidência	Valor de I.V.A.	TOTAL BRUTO
6.438,08 23,0 %	1.480,76	<b>6.438,08 EUR</b>
0,00 0,0 %	0,00	<b>0,00 EUR</b>
0,00 0,0 %	0,00	<b>0,00 EUR</b>
0,00 0,0 %	0,00	<b>6.438,08 EUR</b>
0,00 0,0 %	0,00	<b>1.480,76 EUR</b>
		<b>70,00 EUR</b>

Hora de Carga : Descarga:

Local de Carga :

Local de Descarga:

**\*\* Total \*\***
**7.918,84 EUR**

Dinamic Beauty, Lda  
 Rua Delfim Ferreira, nº649  
 4100-201 Porto  
 T. 226093525 / F.226051218  
 Capital Social 50.000€  
 C . R . C. do Porto nº 8128  
 Contribuinte nº 504779656

Cliente

**Clube Atletico de Alvalade**

Rua Acacio de Paiva, nº20  
 Lisboa  
 1700-006 Lisboa  
 Nr. de Contribuinte:500844887

Porto, 21.07.2016

Vendedor: MR

Cond. Pagamento:

Referência	Qty	Descrição	Pr. Unit.	Desc. %	Pr. Unit. Liq	Total
FTMTXT1X	2,0	Passadeira Matrix 3.2CV AC	5.990,00	40,00%	3.594,00	7.188,00
CONDIÇÕES		CONDIÇÕES GERAIS FORNECIMENTO  PREÇOS SUJEITOS A IVA TRANSPORTE E INSTALAÇÃO: Por conta da nossa empresa PRAZO DE ENTREGA: Aprox. 60 a 90 dias CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30% para sinalização da encomenda 70% contra entrega DESCONTOS: Válidos em pronto pagamento Qualquer alteração na forma de pagamento terá que ser autorizada pelo fornecedor e implica a perda dos descontos GARANTIA: 2 anos contra defeitos de fabrico VALIDADE DA PROPOSTA: 30 dias Condições de Reserva de Encomenda: Em caso de atraso na entrega imputável ao cliente, a Dinamic reserva a encomenda por um período máximo de 15 dias. Ultrapassado esse período, a Dinamic reserva o direito de aplicar custos de armazenagem ou perda da reserva. A perda da reserva da encomenda pode implicar alteração no prazo de entrega.				

Software PHC - Processado por programa certificado nº 0006/AT-Este documento não serve de fatura

Pagamento por transferencia bancaria:  
**IBAN: PT50.0007.0415.0010.6430.0025.3**

Preços apresentados em € (Euros)

Aos preços apresentados acresce IVA à taxa em vigor (23%)

<b>Total I liquido</b>	11.980,00
<b>Valor dos Descontos</b>	4.792,00
<b>Valor Total sem IVA</b>	7.188,00

# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Clube Atlético de Alvalade

Exmos Srs.

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias cumpre-nos emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Direcção do Clube Atlético de Alvalade (CAA), relativos ao exercício de 2015. Deste modo, através dos documentos contabilísticos e do relatório da gestão do exercício de 2015, analisámos a actividade do CAA. Verificámos também o cumprimento da Lei e dos Estatutos desta Instituição.

Apreciámos o Relatório e as Contas que relatam claramente a evolução da gestão social e analisámos o Balanço e a Demonstração de Resultados, verificando-se que foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que reflectem de forma adequada a situação financeira e patrimonial do Clube.

Da análise efectuada, verifica-se uma inversão da evolução positiva registada em 2014 no que se refere ao volume de negócios e Resultado Líquido do Exercício. Contribuíram para esta evolução os seguintes factos preocupantes:

- (i) redução do número de sócios entre 2014 e 2015, passando de 1.172 para 1.011 (desde 1976 que não se verificava um número tão reduzido); e,
- (ii) redução do número de praticantes de 971 na época 2013/2014 para 740 na época 2014/2015, resultante da saída da Escola de Dança e da Classe de *Kick-Boxing*.

Em consequência foi necessário aumentar o financiamento bancário em 4.585€ para equilíbrio da tesouraria.

Vemos ainda com preocupação a carta dirigida pelo Senhorio do CAA, relativamente a anomalias no edifício cuja responsabilidade pretende imputar ao Clube. Caso venha a ser dada razão ao Senhorio, esta situação poderá representar custos relevantes para o Clube. Assim, numa óptica de melhores práticas, recomendamos o acompanhamento deste tema por parte da Direcção de forma que possa agir atempadamente, não só do ponto de vista de defesa legal, mas também do ponto de vista de constituição de provisão para efeito.

Em 2014 recomendámos que a Direcção do Clube elabore um plano de acção que incidisse sobre a preocupante redução de sócios e praticantes. Apesar de terem sido tomadas medidas que vão nesse sentido, não foi elaborado um plano formal e objectivo com esta finalidade. Voltamos a recomendar que seja elaborado porque consideramos ser o principal problema que afecta a estabilidade financeira e a sustentabilidade do CAA.

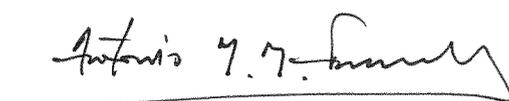
## Parecer

No uso das atribuições que os Estatutos conferem, o Conselho Fiscal decidiu dar parecer favorável e propor à Assembleia Geral a aprovação do Relatório da Direcção, do Balanço e da Demonstração de Resultados, relativos ao exercício de 2015.

Lisboa, 22 de Março de 2016

O Conselho Fiscal

António Fernandes – Presidente





RELATÓRIO 2015

CLUBE ATLÉTICO ALVALADE

30-03-2016

## Mensagem do Presidente



Dirijo-me aos Associados, Órgãos Sociais, Professores e Colaboradores com o objetivo de vos transmitir as linhas gerais de atuação da Direção cuja posse teve lugar em 12 de março de 2014 cujo mandato terminou a 31 de dezembro de 2015.

Os anos de 2014 e 2015 caracterizaram-se por anos bastante difíceis do ponto de vista económico e financeiro no País porque foram anos em que Portugal esteve não só sujeito ao programa de ajustamento económico e financeiro internacional, mais vulgarmente conhecido pelo “*Memorando da Troika*”, mas também às consequências do mesmo, em que um dos aspetos mais saliente, foi a redução do rendimento disponível das Famílias.

Para além disso, surgiram várias entidades congéneres com a atividade do CAA durante 2015, aumentando a oferta de serviços na área do desporto, de saúde e bem-estar.

Conexo com o acima descrito, foi assinalado um decréscimo significativo de praticantes particularmente na época 2014/2015 (740 praticantes) comparativamente com a época 2013/2014 (971 praticantes).

Tendo em conta o acima descrito, foi opção desta Direção não aumentar o valor da quota, joia e mensalidades das classes, com vista a não sobrecarregar os associados do CAA.

Em alternativa, foi implementado um programa de redução dos gastos operacionais através da renegociação das condições de fornecimento das necessidades básicas ao funcionamento do CAA, referindo-se a título de exemplo os seguros conexos com a atividade física, assim como, o ajustamento de outros aspetos operacionais tais como honorários de professores e horários.

Por outro lado, promoveu-se a criação de novas classes tanto no ano de 2014 e 2015 procurando atrair mais associados dentro de um espírito de serviço à comunidade que é timbre do CAA, como poderão constatar no Relatório anexo às Demonstrações Financeiras de 2015.

Mesmo com os constrangimentos acima mencionados, a atuação da Direção não deixou, dentro das possibilidades financeiras do CAA, que diga-se, são extremamente escassas, de apoiar financeiramente com 3.000 € (três mil euros) a classe acrobática de ginástica e a classe Dança Gestus 1.000 € (mil euros), num total de 4.000 € (quatro mil euros) na deslocação dos atletas em representação do CAA à Gymnestrada devido ao simbolismo e importância da presença dos mesmos no referido evento ocorrido em 2015. Já se procedeu ao pagamento desta comparticipação financeira.

Julio Sacramento

Também imbuído do mesmo espírito, a Direção deliberou em 2015 apoiar financeiramente com 1.000 € (mil euros) a classe de Shorinji Kempo pela participação da mesma na realização do 7.º Campeonato Europeu de Shorinji Kempo realizado no Pavilhão Multiusos de Odivelas entre 2 e 4 de outubro de 2015.

Esta Direção, apesar dos constrangimentos acima referidos, procurou proporcionar aos atletas e professores as melhores condições financeiras e operacionais possíveis dentro das capacidades financeiras que o CAA pode oferecer neste momento. Desse modo, foram adquiridos em 2015 cerca de 59 tatamis para a Escola de Artes Marciais e 1 praticável para a Escola de Ginástica no início de 2016 para além de assegurar a manutenção dos restantes equipamentos.

Esta Direção tem consciência que a Escola de Saúde e Bem Estar, mais especificamente a Sala de Condição Física tem necessidade de obter equipamento, nomeadamente, de pelo menos 1 (uma) passadeira, mas até ao momento de um ponto de vista financeiro, não foi possível efetuar tal investimento. Quero deixar bem claro e expresso que se não foi efetuado o investimento, o mesmo se deveu exclusivamente a restrições financeiras com que esta Direção se deparou ao longo do seu mandato, privilegiando o cumprimento integral e escrupuloso das obrigações pecuniárias perante Professores, Colaboradores e Entidades Fiscais e Parafiscais.

Também a Escola de Dança mereceu por parte desta Direção uma atenção e carinho com a criação de novas classes em 2014, nomeadamente, dança aérea: infantil e juvenil e danças de salão: juvenil, júnior e adultos. Trata-se de uma área que deverá merecer no futuro uma especial atenção por parte da futura Direção sem nunca esquecer o cumprimento dos objetivos plasmados nos Estatutos. É preciso não esquecer que o CAA de acordo com o artigo 1.º dos Estatutos “ (...) é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma associativa sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública, que tem como objeto a promoção e desenvolvimento da educação física e do desporto em benefício da comunidade, podendo complementarmente dedicar-se a atividades culturais e recreativas.” (sublinhado meu).

Adicionalmente procurou manter o bom relacionamento institucional com a Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Alvalade, com vista a obter o máximo de sinergias possíveis com essas entidades, com evidente reflexo a nível de ajuda financeira que de acordo com a Lei as entidades acima referidas podem conceder.

Dentro do espírito de serviço à Comunidade, celebrou protocolos com: IDEP – Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional e Escola Padre António Vieira, com o objetivo de proporcionar estágios profissionais e um primeiro contacto com a vida ativa por parte dos jovens, o que veio a acontecer em 2015.

De um ponto de vista de gestão, foram instituídos procedimentos de controlo interno com o objetivo de assegurar a exatidão do fluxo financeiro em termos de tesouraria.

Do ponto de vista de recursos humanos, a Direção deliberou um aumento em média de 7,5% do vencimento base dos funcionários da secretaria atendendo ao baixo nível salarial auferido pelos mesmos.

A Direção a quem tive a honra de presidir deu o seu melhor na prossecução dos objetivos a que se propôs no início de mandato tendo em conta os constrangimentos externos e internos. Houve períodos muito difíceis e de grande desgaste emocional por algumas decisões de gestão que tiveram que ser tomadas, mas as mesmas não deixaram de ser tomadas, sempre norteadas com o objetivo de servir da melhor maneira o CAA.

Quero agradecer em nome da Direção e em meu nome pessoal como Presidente a todos aqueles que possibilitaram o exercício do mandato desta Direção.

Muito Obrigado!

Bem – Hajam e Até Sempre!



Júlio César Nunes Tormenta

29 de Fevereiro de 2016

## Relatório de Atividades

*Filipe Sacramento*

### 1. Introdução

A Direção que tomou posse em 12 de março de 2014 e que terminou o mandato em 31 de dezembro de 2015, vem por este meio divulgar os principais factos ocorridos durante o seu mandato.

O presente relatório, aprovado em reunião de Direção em 1 de março de 2016, vai ser enviado ao Conselho Fiscal constando da documentação que serve de apoio às Demonstrações Financeiras e Anexos do exercício estatutário de 2015.

### 2. Análise Económico – Financeira: breves notas

#### Atividade Operacional

Durante o mandato desta Direção (março/2014 a dezembro/2015), fomos confrontados com uma redução substancial do número de inscrições por época desportiva, conforme Relatório anexo às Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2015.

Refira-se a título de exemplo do que se acabou de afirmar que na época de 2013/2014 (setembro de 2013 a julho de 2014) o número de inscrições ascendeu a 971 enquanto na época 2014/2015 (setembro de 2014 a julho de 2015) o número de inscrições ascendeu a 740.

Verificou-se uma redução em termos absolutos de 231 inscrições e em termos relativos uma variação negativa de 23,79% tomando como referência a época de 2013/2014.

Esta variação negativa quer em termos absolutos quer em termos relativos, pode ser explicada em grande parte devido ao facto de a Escola de Dança ter decidido abandonar o CAA no final da época de 2013/2014 e também a classe de “kick-boxing.”

Efetuando-se a mesma análise em termos de anos civis, isto é, a 31 de dezembro de 2014 versus 31 de dezembro de 2015, as inscrições ascenderam respetivamente a 651 (2014) e 532 (2015). Em termos relativos a variação negativa foi de 18,28% tomando como referência 31/12/2014.

A tendência, quer se utilize o critério de inscrições por época desportiva quer o ano civil, foi de decréscimo de inscrições de praticantes apesar dos esforços feitos por parte da Direção, pela criação de novas classes durante o ano civil de 2014 e 2015, conforme espelhado no ponto 5 – Dinâmica Desportiva do Anexo

*Filipe Tomaz*

às Demonstrações Financeiras dos exercícios estatutários respetivamente de 2014 e 2015.

A par deste esforço na criação de novas classes, a Direção através das redes sociais e do site do CAA divulgou promoções do tipo isenção de joia durante um período de tempo (abril, maio, de 2015). Também lançou a promoção de “Traga um amigo (a) e tenha 1 mês grátis (Novembro/2015) de Cycling”, que não teve êxito junto dos associados.

Adicionalmente, manteve-se o figurino de o contacto com os Professores ser estabelecido através de Coordenadores por Escola e com um representante da Direção para além do Diretor Técnico, com vista a tornar mais célere e ágil a implementação de medidas relativas às atividades por Escola.

Esta tendência decrescente de praticantes teve como consequência uma diminuição dos rendimentos operacionais (vendas e prestação de serviços) de cerca de 25.967 € entre 2014 e 2015, conforme se pode constatar nas Demonstrações Financeiras de 2015 em que os rendimentos operacionais em termos de vendas e prestação de serviços referentes a 2014 e 2015 ascenderam, respetivamente, a 273.621,06 € e 247.654,15 €.

As razões para este decréscimo, podem ter origem exógena devido à situação geral do País, em que se notou ter havido uma diminuição do rendimento disponível das Famílias decorrente do Programa de Ajustamento Económico Financeiro a que Portugal esteve sujeito, assim como, ao aparecimento de novas entidades (ex: Supera; Complexo Desportivo dos Olivais, etc.) na área de atuação do CAA que deram origem a um deslocamento de parte dos associados do CAA para essas novas entidades.

Por outro lado, do ponto de vista endógeno, o CAA em termos de equipamento e materiais carece de equipamento novo (com carácter urgente de 1 passadeira), especialmente, na Escola de Saúde e Bem Estar, assim como nas outras Escolas.

Refira-se que do lado dos gastos operacionais a nível dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros houve uma redução significativa em termos absolutos de cerca de 33.907 € e em termos relativos, uma variação positiva de 15,8% correspondentes aos gastos de 2014 e 2015, respetivamente, a 214.583,90 € e 180.677,04 €. As rúbricas de honorários e seguros foram as principais rúbricas responsáveis por este decréscimo dos gastos operacionais.

Apesar da poupança obtida a nível de gastos operacionais, a mesma não foi acompanhada pelo aumento dos rendimentos operacionais, bem pelo contrário, explicando em grande parte a evolução do EBITDA dum ano para o outro.

*Felipe Sampaio*

Sublinhe-se que a nível de subsídios à exploração manteve-se dum ano para o outro na casa dos 19.240 €/19.646 € devido ao bom relacionamento institucional baseado num clima de confiança e credibilidade, mantido quer com a Câmara Municipal de Lisboa, quer com a Junta de Alvalade.

### Atividade Financiamento

Devido à evolução da atividade operacional, ao montante constante de subsídios à exploração concedidos, à não repercussão nos associados de aumentos do valor da quota, joia e mensalidades, à necessidade de apetrechar as nossas classes com equipamento novo, a Direção deliberou subscrever uma livrança junto do BPI em 17 de dezembro de 2015 no montante de 2.500 euros com vencimento em 17 de março de 2016, a qual irá ser liquidada na sua totalidade.

Adicionalmente refira-se que se mantém o financiamento junto do BPI sob a forma de crédito em conta corrente de 10.000 € (dez mil euros) em que as condições de remuneração são: Euribor 6 M + spread de 6,25% pontos percentuais. Esta linha de financiamento está ser objeto de renegociação junto do BPI.

### Atividade de Investimento

Esta Direção sentindo a necessidade de equipar as classes das diversas Escolas com equipamento e material, procedeu em 2015/2016 à compra de 59 tatamis novos para a Escola das Artes Marciais assim como de 1 praticável para a Escola de Ginástica.

Está em fase de estudo por parte desta Direção a viabilidade da compra de mais 1 praticável para a Escola de Ginástica e de 1 passadeira para a Escola de Saúde e Bem Estar.

### 3. Outros

Em termos gerais e atendendo aos constrangimentos de ordem financeira com que foi confrontada esta Direção, a mesma, não pode deixar de salientar o trabalho conseguido no seu mandato, na medida em que conseguiu apetrechar em termos de equipamento e material algumas Escolas procurando ir de encontro às expectativas quer de atletas, quer de professores e diretores, para além de ter participado financeiramente em 4.000 € (quatro mil euros) na deslocação de atletas em 2015 à Gymnaestrada e ter intenção de participar

a classe de Shorinji Kempo no evento europeu que ocorreu em Portugal em 2015.

A necessidade de proceder no futuro a um reforço do investimento em termos de equipamento e materiais, vai obrigar a futura Direção a ter que atuar na área operacional através da criação de novas classes nas diversas Escolas com vista a captar mais atletas assim como a ter que provavelmente mexer no preçário em termos de quotas, joias e mensalidades.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2016

pel' A Direção

*Julio Tormenta*

92

3

## CARACTERIZAÇÃO DO CAA

3.1.

### FILIAÇÕES

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura  
Recreio e Desporto.

Federação de Ginástica de Portugal

Federação Portuguesa Aikido-Aikikai

Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo

Federação Portuguesa de Judo

Federação Portuguesa de Shorinji-kempo

Associação de Ginástica de Lisboa

Associação Distrital de Judo de Lisboa

Fundação Inatel

705

3.2 | SÓCIOS HONORÁRIOS

Nome	Nº Honorário	Nº Efectivo
João Sacramento Monteiro	1	
Lino Marcos Oliveira Franco	2	
Tenente Coronel Luís Ribeiro Viana	3	
Dr. António Augusto Barge	4	2
José Augusto Martins	5	
Dr. Sidónio Olivério Costa Serpa	6	188
Major Eduardo Moreira Fernandes	7	67
João Carlos V. Albuquerque Martins	8	264
Álvaro Afonso de Oliveira Henriques	9	47
João Lourenço Mendes	10	58
Engº Vítor Manuel Figueiredo Almeida	11	87
Basílio Duarte Carvalho	12	101
Cap. Humberto António Igrejas André	13	726
Câmara Municipal de Lisboa	14	
Vera Maria Santos Freire	15	
Vítor Manuel Jorge Gomes	16	748
Maria Mafalda Moura Lencastre	17	
João Manuel Conceição Santos	18	235
Paulo Vasco Anacleto Barata	19	509
Alberto Carlos Barreiro Resende	20	548
Junta de Freguesia S. João Brito	21	

3.3 | SÓCIOS DE MÉRITO

NOME	Nº MÉRITO
Carlos Alberto Higgs Ramires	1
Classe UP-GO	2
Guilherme Augusto Reis Luz	3
Luís João Nunes Caldas Caetano	4
Alberto Carlos Resende	5
Classe " Dança Gestus"	6
Sílvia Gonçalves Freire Andrade	7

get

3.4

## **CORPO DOCENTE**

Alberto Resende  
Acácio Rodrigues  
Ana Bragança  
António Pascoal  
Andreia Violeiro  
Bárbara Farinha  
Carlos Ramires  
Duarte Comprido  
Elisa Medina  
Francisco Santos  
Francisco Silva  
Guilherme Reis  
João Martins  
Liliana Gonçalves  
Luís Antunes  
Pereira da Silva  
Pedro Chacatas  
Patricia Santos  
Ricardo Tavares  
Rómulo Yang  
Sílvia Andrade  
Teresa Sousa  
Vanessa Marques

3.5

## **ADMISSÕES**

Bárbara Farinha  
Rómulo Yang  
Patricia Santo

## **DEMISSÕES**

Ana Isa  
  
Ana Sofia Pacheco  
Micaela Rato  
Mariana Romão  
Sofia Nola

yer

3.6

## COORDENAÇÃO TÉCNICA

3.6.1

### RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profº Francisco Santos

3.6.2

### FUNCIONÁRIOS

Luísa Valente

- Chefe de Secretaria

Isabel Magalhães

- Escriturária

Fernando Almeida

- Cobrador

Filipe Martins

- Escriturário

Alan Kassio Lima Leal

- Recepcionista

Rosa Beatriz

- Limpeza

3.6.3

### DEMISSÕES

Filipe Martins

Fernando Almeida

Miguel Dias

3.6.4

### ADMISSÕES

Alan Kassio Lima Leal

## RECONHECIMENTO ASSOCIATIVO

De acordo com os Estatutos e ao abrigo do capítulo III – Artigo 15 foram atribuídos Emblemas, Medalhas e Medalhões pela efectividade ininterrupta.

Quadro explicativo:

	Emblema Prateado	Emblema Dourado	Medalhão de Bronze	Medalha de prata	Medalhão Dourado
	10 Anos	20 Anos	30 Anos	40 Anos	50 Anos
1988	100	50			
1989	50	25			
1990	48	42			
1991	100	6			
1992	106	7	55	11	
1993	67	12	13	1	
1994	66	11	7	3	
1995	46	8	6	7	
1996	60	3	3	8	
1997	55	29	6	6	
1998	62	4	8	4	
1999	47	25	4	2	5
2000	48	26	5	4	3
2001	50	33	5	5	10
2002	41	35	6	2	
2003	42	30	7	7	1
2004	52	30	9	3	2
2005	29	24	6	3	5
2006	50	31	2	3	5
2007	36	20	14	4	2
2008	29	17	14	5	1
2009	30	15	19	3	1
2010	16	19	19	3	3
2011	17	14	12	3	2
2012	15	8	11	4	0
2013	13	9	13		
2014	15	17	9	4	1
2015	10	10	8	1	2
	<b>1300</b>	<b>560</b>	<b>261</b>	<b>96</b>	<b>43</b>

### SÓCIOS DE 10 ANOS

CodSoc	Nome Socios	DataIniSoc
712	João Miguel F.P. Pinho Lemos	02-02-2005
722	Ana Paula Silva Oliveira	01-07-2005
727	Luis Manuel Jorge Ferreira	15-09-2005
729	Teresa M <sup>a</sup> C.A. da Cunha Rosa Nunes	15-09-2005
735	Maria Margarida Andrade Correia	21-09-2005
738	Isabel Cristina Rodrigues C. V. Pedreira	22-09-2005
740	Paulo Orlando N.C. de Figueiredo	23-09-2005
744	Darida Augusta Ferreira Gomes	30-09-2005
748	Miguel Seabra Dourado Eusébio	04-10-2005
757	Ana Margarida Gomes Caetanito	31-10-2005

### SÓCIOS DE 20 ANOS

CodSoc	Nome Socios	DataIniSoc
395	Leopoldina Silva B. de Sousa Inês	09-01-1995
397	Maria Judite dos Santos Mota de Oliveira	12-01-1995
399	Maria Solange Vicente estevens Tavares	20-02-1995
400	Rui Sérgio B. Ferreira	20-02-1995
403	Susana M <sup>a</sup> de Melo L.G. Vassalo e Silva	27-03-1995
405	Pedro Manuel Aleixo Dias	07-06-1995
407	Manuel Cottinelli Telmo Pardal Monteiro	09-08-1995
411	Maria Clara da Silva Rodrigues	29-09-1995
413	Valentina do Rosário Junceiro Alves	03-10-1995
417	Maria Manuela de Lemos C.L.R. Anciães	08-11-1995

### SÓCIOS DE 30 ANOS

CodSoc	Nome Socios	DataIniSoc
217	Maria Helena Sousa Dias Correia	23-09-1985
219	Maria Antonieta Nunes de Miranda	07-10-1985
221	Maria Isabel M.S. Teixeira Beltrão	07-10-1985
222	António Alberto Ferreira Dias	07-10-1985
224	António Antunes Moreira	07-10-1985
227	Maria Helena Gordo Costa Novo Vieira	21-10-1985
228	Maria da Esperança Bogarim P. M. Silva	28-10-1985
230	Fernando Nuno Lamy da Fontoura	02-12-1985

### SÓCIOS DE 40 ANOS

CodSoc	Nome Sócios	DataIniSoc
74	Maria Teresa Brandão Tavares Marcelino	19-11-1975

### SÓCIOS DE 50 ANOS

CodSoc	Nome Socios	DataIniSoc
35	Maria Odete Fernandes Dinis Ferreira	18-10-1965
36	Manuel Mega da Fonseca	08-11-1965

**MOVIMENTO ASSOCIATIVO****SÓCIOS EFECTIVOS**

Efectivos	1011
Colectivos	8
Agregados	1090

**SÓCIOS AGREGADOS**

Filhos	699
Conjugues	101
Funcionários	220
Outros	70

**QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE SÓCIOS POR ANOS**

<b>ANO</b>	<b>Nº Sócios</b>	<b>ANO</b>	<b>Nº Sócios</b>	<b>ANO</b>	<b>Nº Sócios</b>
1949	17	1974	822	1999	2751
1950	111	1975	870	2000	2477
1951	193	1976	923	2001	2736
1952	274	1977	1201	2002	3075
1953	346	1978	1471	2003	2138
1954	423	1979	1657	2004	2392
1955	410	1980	1879	2005	1812
1956	492	1981	2295	2006	1696
1957	615	1982	2641	2007	1598
1958	697	1983	2997	2008	1596
1959	742	1984	3352	2009	1594
1960	788	1985	3522	2010	1377
1961	778	1986	2963	2011	1244
1962	797	1987	2767	2012	1319
1963	850	1988	2488	2013	1343
1964	918	1989	2375	2014	1172
1965	934	1990	2530	2015	1011
1966	790	1991	2672		
1967	762	1992	2389		
1968	851	1993	2408		
1969	753	1994	2505		
1970	729	1995	2870		
1971	700	1996	2807		
1972	630	1997	3091		
1973	688	1998	2665		

4.2.1

## SÓCIOS COLECTIVOS

Nome:	Nº Sócio
Confeitaria Nova Lisboa	7
Junta de Freguesia de Alvalade	330
Isabel Oliveira Pereira	385
A.T.L.N.E.C.	414
Academia de Cultura e Cooperação	437
Fundação Raquel e Martin Sain	1920
Anddvis	2246
Clube Aiki-lá	2425

### Demissões

Maria Cândida Vaqueiro  
Epidaurus- Centro de Medicina Humana Lda  
Yunit Seviços SA  
Associação Antigos Alunos Filipa Lencastre

### Admissões

Nada a acrescentar

4.2.2

## PROTOSCOLOS

Clube Aiki-lá
Universidade Lusófona
Chapitô
Anddvis
Fundação Raquel e Martin Sain

**DINÂMICA DESPORTIVA****5.1 NOVAS CLASSES**

Cycling  
Zumba  
Karaté Shotokai

**5.2 CLASSES EXTINTAS**

Dança Aérea  
Danças de Salão Adultos  
Hip-Hop  
Yoga Dinâmico  
Zumba

**5.3 CLASSES E INSCRIÇÕES EM 30.07.2014 (740)**

Nome da Classe	Nº Classes	Nº Inscrições
Escola da Ginástica	12	246
Escola de Dança	13	58
Escola de Artes Marciais	7	140
Artes Orientais	3	24
Clube de Saúde e Bem Estar	13	233
Cartões	2	39

**5.4 CLASSES E INSCRIÇÕES EM 30-12-2015 (532)**

Nome da Classe	Nº Classes	Nº Inscrições
Escola da Ginástica	12	233
Escola de Dança	4	31
Escola de Artes Marciais	7	108
Artes Orientais	1	14
Clube de Saúde e Bem Estar	10	131
Cartões	1	15

Yes

5.5

### QUADRO DAS INSCRIÇÕES POR ÉPOCA DESPORTIVA

ANO	Nº Inscritos	ANO	Nº Inscritos
1949/50	a)	1985/86	1924
1950/51	59	1986/87	1822
1951/52	72	1987/88	1559
1952/53	69	1988/89	1461
1953/54	183	1989/90	1365
1954/55	275	1990/91	1392
1955/56	263	1991/92	1492
1956/57	375	1992/93	1454
1957/58	400	1993/94	1365
1958/59	489	1994/95	1865
1959/60	533	1995/96	1890
1960/61	541	1996/97	1822
1961/62	458	1997/98	1709
1962/63	457	1998/99	1652
1963/64	488	1999/2000	1685
1964/65	620	2001/02	1235
1965/66	651	2002/03	1261
1966/67	665	2003/04	1124
1967/68	679	2004/05	1065
1968/69	708	2005/06	1003
1969/70	456	2006/07	997
1970/71	652	2007/08	656
1971/72	624	2008/09	668
1972/73	392	2009/10	684
1973/74	460	2010/11	692
1974/75	590	2011/12	852
1975/76	747	2012/13	998
1976/77	827	2013/14	971
1977/78	990	2014/15	740
1978/79	1003		
1979/80	1287		
1980/81	1431		
1981/82	1819		
1982/83	1970		
1983/84	1913		
1894/85	1996		

a) Inscrições desconhecidas

5.6 **INSTALAÇÕES EXTERIOR**

IV Sarau Gímnico Infantil do CAA dia 15 de Março de 2015.

Sarau Anual do CAA a 04 de Julho 2015.

(Complexo Desportivo do Casal Vistoso – C.M.L.)

5.7 **ACTIVIDADES ESPECIAIS**

5.7.1 **ALMOÇO ANUAL DO CAA**

19 de Dezembro no Chimarrão de Alvalade.

5.7.2 **ASSEMBLEIA GERAL**

A 11 de Março realizou-se a Assembleia Geral para apreciação e votação do relatório e Contas do Ano de 2014 e respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

5.7.3 **4º SARAU INFANTIL DO CAA**

Realizou-se a 15 de Março de 2015, no Complexo Desportivo do Casal Vistoso, e contou com as nossas classes infantis e classes convidadas.

5.7.4 **FÉRIAS DESPORTIVAS DE VERÃO**

Durante o mês de Julho de 2015, o CAA realizou o programa de férias desportivas (Mexete com Alvalade) em parceria com a Junta de Freguesia de Alvalade que incluía: praia, piscina, atletismo, visitas culturais, além das nossas actividades normais. As actividades realizavam-se entre as 9h00 e as 18h00.

5.7.5 **FESTA DE NATAL**

Festa de Natal para 100 crianças do CAA realizada em 14 de Dezembro de 2015, nas instalações do Clube. Colaboraram no evento os Professores, do CAA que se encontravam disponíveis. Referência especial para o espectáculo apresentado pelos alunos do Chapitô orientados pelo Prof. João Martins e Pedro Nascimento.

5.8 LISTAGEM DOS SARAUS EFECTUADOS NA ÉPOCA 2014 /2015

CLASSES

Entidade	Local	Data	Evento	Judo	Gestus Pequenos	Grandes	Acrobática	Especial Mista
Câmara Municipal de Lisboa	Lisboa	07-03-2015	Olisipiadas	X				
Câmara Municipal de Lisboa	Lisboa	07-03-2015	Olisipiadas			X		
AGL / C.M. Vila Franca de Xira	Vila Franca Xira	14-03-2015	Dança		X			
TONIK	Lisboa	06-06-2015	Evento Tonik Dança		X			
IEDP	Lisboa	12-06-2015	Sarau Encerramento Ano Lectivo			X		X

6. LISTAGEM DOS SARAUS NÃO ACEITES NA ÉPOCA 2014/2015

Academia Instrução e Recreio Familiar Almadense  
 Lions Clube da Amadora  
 Associação Ginástica de Lisboa+Câmara Municipal de Almada  
 UDCA A-dos Loucos  
 Associação Educação Física e Desportiva Torres Vedras  
 Clube Desportivo Agrupamento Escolas Amadora Oeste  
 Ginásio Clube Montijo  
 Grupo desportivo e Cultural do Enxerim  
 Clube Campismo Concelho de Almada  
 Clube União Artística Benaventense  
 Associação Ginástica de Lisboa  
 Associação Educação Física e Desportiva S. Pedro do Sul  
 Clube Desportivo e Recreativo Pero Negro  
 Academia Desportiva Samora Correia  
 Clube de Ginástica de Fátima

6.1 LISTAGEM DOS EVENTOS INTERNACIONAIS

15ª Gymnaestrada Mundial realizada em Helsinquia – Finlândia no período de 11 a 21 de Julho de 2015, em que participaram as classes de Acrobática e Dança Gestus, num total de 44 participantes.

7º Campeonato Europeu de Shorinji Kempo realizado no Pavilhão Multiusos de Odivelas entre os dias 2 e 4 de Outubro de 2015, assim como um importante estágio Europeu realizado pela primeira vez em Portugal, onde participaram atletas do CAA.

7

## ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

*ger*

7.1

### SUBSIDIOS:

#### Junta de Freguesia de Alvalade

Atribuição de Apoios pela Junta de Freguesia = 6.000.00€

Apoio Sarau = 2.000€00

#### Câmara Municipal de Lisboa:

Atribuição de Apoio á Actividade Desportiva Regular =  
9.746.00€

Atribuição de Apoio Financeiro para aquisição de  
Equipamento = 3.900.00€

8

## OBRAS E AQUISIÇÕES

8.1

### AQUISIÇÕES ANO 2015

01/1/2015 A 31/12/2015

#### **Aquisições**

##### **BAR**

Aquisição de máquinas de Venda automáticas.

##### **Gin. C**

Aquisição de 59 Tatamis

##### **Manutenção**

##### **Gin. A**

Substituição de Cadernal e correntes para suporte do fosso.  
Forra em pele do Bok

##### **Gin. B**

Forra em pele de banco e assento

##### **Geral**

Revisão e Manutenção dos Termoacumuladores  
Substituição de Disjuntor dos mesmos

## RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

## PROPOSTAS DA DIRECÇÃO

Pela colaboração prestada ao longo do ano e pela forma como decorreu toda a actividade do CAA, a Direcção leva á consideração da Assembleia-geral as seguintes propostas:

- Aprove votos de pesar pelo falecimento de Sócios Familiares e Colaboradores.

- Aprove votos de louvor pela colaboração e trabalho prestado:

À Mesa da Assembleia-geral  
Ao Conselho Fiscal  
Ao corpo Docente  
Aos Funcionários  
A todos os Ginastas das Classes Representativas

- Aprove votos de Agradecimento a:

Instituto do Desporto de Portugal  
Câmara Municipal de Lisboa  
Bombeiros Voluntários de Cabo Ruivo  
Junta de Freguesia de Alvalade  
Gestmotion